



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638573 - SC (2021/0001288-7)

**RELATOR** : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
THIAGO BURLANI NEVES - SC036518  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : ELIEVERTON DERLI CARVALHO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ELIEVERTON DERLI CARVALHO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (5000114-73.2021.8.24.0000).

O paciente foi preso em flagrante pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 129, § 9º, e 140, ambos do Código Penal, c/c art. 7º, incisos II e V, da Lei n. 11.340/2006. Foi concedida liberdade provisória ao paciente mediante o pagamento de fiança no valor de R\$ 400,00.

A impetrante sustenta que o paciente é “panfleteiro”, primário e “declarou não ter condições de pagamento, nem a sua família”. Afirma que “se está vivendo período ímpar na história do Planeta Terra, em razão da COVID-19, razão pela qual o Superior Tribunal de Justiça entendeu que a fiança não pode obstar a liberdade provisória em tempo de pandemia”. Alega que “a autoridade coatora, não se ateve ao precedente demonstrado na peça defensiva acerca da ordem concedida em âmbito coletivo pelo STJ”, bem como que, “se mantida a decisão de piso, equivalerá a uma prisão preventiva, em virtude da impossibilidade de pagamento da verba arbitrada que certamente prejudica o seu sustento, eis que labora na condição de panfleteiro”.

Requer a concessão da ordem em liminar, a fim de que seja expedido alvará de soltura em favor do paciente independentemente do pagamento de fiança.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Além disso, o TJSC consignou o seguinte:

*In casu*, em uma análise preliminar dos autos de origem, o conteúdo da inicial somado aos documentos que a instruem, não demonstram a existência de flagrante constrangimento ilegal, existência de eventual nulidade ou risco de excessiva demora na prestação jurisdicional, especialmente porque a togada singular reduziu o valor da fiança aplicada pela autoridade policial, ou seja, demonstrou atenção a situação retratada, já sendo de seu conhecimento a hipossuficiência do paciente.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente